

LOTEAMENTOS

Representantes de condomínios começam a ser convocados para resolver pendências nos processos. Primeiros licenciamentos ambientais devem sair até dezembro. Moradores adiam ação contra IPTU

Hora de regularizar

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) começa hoje a convocar representantes dos condomínios que têm processos de licenciamento ambiental em andamento. Um grupo formado por oito técnicos fez um raio-X da situação de pelo menos 200 processos. O trabalho foi concluído ontem e será divulgado hoje. Eles irão informar aos representantes o que falta para emitir a licença das áreas. Cada parte terá tarefas específicas. Os moradores, por exemplo, são responsáveis pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do condomínio. Mas é a Semarh que define o conjunto de regras (termo de referência) que devem ser seguidas para fazer os estudos. "Cada parte terá que tomar providências. São procedimentos obrigatórios, condicionantes e de compensação", afirma o titular do órgão, Ricardo Giffoni.

O objetivo é desemperrar os processos na Semarh e agilizar a regularização dos condomínios localizados em terras públicas e particulares. Saem na frente aqueles que estão mais adiantados, como é o caso do Jardim Botânico, Grande Colorado e São Bartolomeu — todos de classe média. Mesmo sem saber informar o número de loteamentos e moradores que estão na primeira convocação, o secretário estima que as licenças dessas regiões serão emitidas até o final do ano.

Para o presidente da Associação dos Moradores do Jardim Botânico (Ajab), Onélio Teles, o prazo é muito curto. Ele revela que os moradores estão descrentes quanto ao desempenho do grupo de trabalho. "Soubemos que seríamos convocados pelo jornal. Entendo que isso seja política eleitoral", analisa. São 21 con-

Paulo H. Carvalho/CB/1.6.04



OS CONDOMÍNIOS DO JARDIM BOTÂNICO ESTÃO ENTRE OS PRIMEIROS A SER CONVOCADOS PELA SEMARH: MORADORES FARÃO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

domínios associados à Ajab. Em todo o Jardim Botânico vivem mais de 30 mil pessoas. "Os moradores não foram consultados para nada", disse.

Baixa renda

Representantes de loteamentos de baixa renda, como Arapoanga e Buritis, ambos em Planaltina, estão entre os primeiros convocados. Ceilândia e Santa Maria também estão na fila. Segundo Giffoni, é importante desenvolver o quanto antes ações de proteção ambiental nessas áreas. "São locais onde os mora-

dores têm poucas informações sobre o processo de licenciamento", argumenta.

As normas da Semarh para liberação das licenças são baseadas nas resoluções do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Construções em áreas a menos de 30m de nascentes, em locais com declive superior a 30 graus, bordas de chapada devem ser removidas. O processo de licenciamento dos condomínios que estão em unidades de conservação federal — Áreas de Proteção Permanente (APP), Áreas

de Proteção de Manancial (APM) e Áreas de Proteção Ambiental (APA) — deve ser acompanhado pelo Ibama, afirma o superintendente do órgão, Francisco Palhares. Setenta e cinco por cento do território do Distrito Federal está dentro da APA do Planalto Central. No entanto, até agora o Ibama não foi convidado oficialmente a participar do grupo de trabalho da Semarh.

Além de obedecer às normas ambientais, os moradores precisam ter os projetos urbanísticos dos condomínios aprovados pela Secretaria de Desenvolvimento

Urbano e Habitação (Seduh), o que é a segunda etapa do processo de regularização. A emissão das licenças e a aprovação dos projetos devem caminhar no mesmo ritmo, garante Giffoni. Mas o processo não é tão simples. Hoje o DF possui 513 condomínios irregulares, mais de 60% de baixa renda, segundo levantamento feito pela Seduh. Tanto estudos ambientais quanto projetos urbanísticos custam ao bolso do morador. O governo, no entanto, ainda não tem uma política para legalizar condomínios de baixa renda.